

COORDENAÇÃO:

JULIANA RIBEIRO
MIGUEL HORVATH JÚNIOR

A PROTEÇÃO

À FAMÍLIA

NO DIREITO
PREVIDENCIÁRIO

Expediente

Fundador	Italo Amadio (<i>in memoriam</i>)
Diretora Editorial	Katia Amadio
Editora	Janaína Batista
Editora Assistente	Mônica Ibiapino
Projeto Gráfico	Sergio A. Pereira
Diagramação	Sheila Fahl/Projeto e Imagem

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Angélica Ilacqua CRB-8/7057

A proteção à família no direito previdenciário / coordenação de Juliana de Oliveira Xavier Ribeiro, Miguel Horvath Júnior. – São Paulo : Rideel, 2020.

ISBN 978-65-5738-087-1

1. Direito previdenciário – Brasil 2. Direito de família I. Título
II. Ribeiro, Juliana de Oliveira Xavier III. Miguel Horvath Júnior

20-3545 CDD 344.8102
CDU 34:368.4(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito previdenciário

© Copyright – Todos os direitos reservados à



Av. Casa Verde, 455 – Casa Verde
CEP 02519-000 – São Paulo – SP
e-mail: sac@rideel.com.br
www.editorarideel.com.br

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, especialmente gráfico, fotográfico, fonográfico, videográfico, internet. Essas proibições aplicam-se também às características de editoração da obra. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (artigos 102, 103, parágrafo único, 104, 105, 106 e 107, incisos I, II e III, da Lei nº 9.610, de 19/02/1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	V
FAMÍLIA COMO OBJETO DE PROTEÇÃO SOCIAL PERANTE O DIREITO PREVIDENCIÁRIO - MIGUEL HORVATH JÚNIOR E EUVALDO LEAL DE MELO NETO.....	I
Referências bibliográficas	23
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO DE FAMÍLIA APLICÁVEIS AD DIREITO PREVIDENCIÁRIO: APONTAMENTOS TEÓRICOS E ANÁLISE JURISPRUDENCIAL - AMÉRICO RIBEIRO MAGRO.....	27
Introdução.....	27
1. A constitucionalização do Direito de Família	28
2. Princípios do Direito de Família aplicáveis ao Direito Previdenciário	29
2.1 Preliminarmente: o conceito de princípio e seu valor normativo	29
2.2 Princípios em espécie.....	31
2.2.1 Princípio da dignidade da pessoa humana	32
2.2.2 Princípio da igualdade ou isonomia entre filhos	34
2.2.3 Princípio da igualdade entre cônjuges e companheiros	37
2.2.4 Princípio da solidariedade familiar (e social)	40
Conclusão	43
Referências bibliográficas	44
CASAMENTO, UNIÃO ESTÁVEL E NAMORO QUALIFICADO E OS EFEITOS NO DIREITO AOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - ROBERTA MARIA FATTORI BRANCATO	47
Introdução.....	47
1. Casamento e o reflexo ao direito aos benefícios previdenciários.....	49
2. União estável e os benefícios previdenciários.....	53
3. Namoro qualificado e o direito aos benefícios previdenciários	56
Considerações finais	59
Referências bibliográficas	60
OS PROVIMENTOS NºS 63 E 82 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) SOBRE A SOCIOAFETIVIDADE E SUA RELAÇÃO COM A CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE E SALÁRIO-MATERNIDADE - JULIANA DE OLIVEIRA XAVIER RIBEIRO E VICTORIA MELO MENEGHETTI	63
Introdução.....	63

A PROTEÇÃO À FAMÍLIA NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

1. Do “pátrio poder” ao poder familiar.....	64
2. Impactos dos Provimentos nºs 63/2017 e 82/2019 do Conselho Nacional de Justiça na seara previdenciária	66
3. Impactos na pensão por morte	69
4. Impactos da socioafetividade no salário-maternidade.....	71
Conclusão	77
Referências bibliográficas	78
O AUXÍLIO-DOENÇA PARENTAL E A LICENÇA PARENTAL: POLÊMICAS E DIVERGÊNCIAS - MARIA FERNANDA WIRTH	81
Introdução.....	81
1. Benefício de auxílio-doença: proteção social em face da incapacidade clínica do trabalhador.....	82
2. Licença para tratamento de saúde de familiar no Regime Próprio de Previdência Social: compreensão do sistema de proteção social.....	86
3. Auxílio-doença parental no Regime Geral de Previdência Social: compreensão do conceito de incapacidade	88
4. Auxílio-doença parental: ativismo judicial ou interpretação constitucional?	94
5. Auxílio-doença parental: envelhecimento populacional e novos riscos sociais ..	101
Considerações finais	102
Referências bibliográficas	105
A LICENÇA PARENTAL COMO DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL A IGUALDADE DE GÊNERO - FERNANDA MARCONDES, JULIANA DE OLIVEIRA XAVIER RIBEIRO E JULIANA LEITE DE MELO LUFT	107
Introdução.....	107
1. A histórica divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres	108
2. A licença-maternidade e a licença-paternidade: mecanismos jurídicos para a discriminação de gênero	109
3. A licença parental como mecanismo da não discriminação de gênero no Brasil.....	113
4. Breve histórico e conceito de direitos humanos fundamentais	115
5. A igualdade de gênero como direito humano fundamental.....	119
6. O arcabouço internacional quanto aos direitos trabalhistas e previdenciários na perspectiva de promoção da igualdade de gênero.....	121
Conclusão	123
Referências bibliográficas	123

OS REFLEXOS DA MUOANÇA DE SEXO PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS AD TRANSEXUAL – CLEDJA MARIA DA SILVA E JULIANA DE OLIVEIRA XAVIER RIBEIRO	125
Considerações iniciais.....	125
1. Conceito de transgênero, transexual e travesti.....	125
1.1 Transgenêro	126
1.2 Transexual	127
1.3 Travesti.....	128
2. Teorias biológicas e psicológicas aplicadas ao transexualismo.....	128
3. A despatologização da transexualidade e seus reflexos na concessão de benefício por incapacidade.....	129
4. A transexualidade sob perspectiva dos direitos humanos.....	132
5. Os direitos dos transexuais	134
6. Concessão da aposentadoria para o transexual no Brasil e seus aspectos polêmicos	137
7. Transcidadania um programa da Prefeitura de São Paulo.....	141
Conclusão	142
Referências bibliográficas	143
 A METAMORFOSE SOCIAL E SEUS IMPACTOS PREVIDENCIÁRIOS NAS CONSTITUIÇÕES DE FAMÍLIAS PLURIAFETIVAS – MARIANA DIAS BARRETO DE SOUZA	 147
Introdução.....	147
1. Princípios constitucionais, cíveis e previdenciários que devem influenciar nas composições familiares pluriafetivas	147
1.1 Princípio da dignidade da pessoa humana	148
1.2 Princípio da legalidade.....	150
1.3 Princípio da universalidade da cobertura e do atendimento	151
1.4 Seletividade e distributividade na prestação de benefícios e serviços	152
1.4.1 Afetividade familiar	153
1.5 Princípio da pluralidade familiar.....	156
2. Metamorfose das composições familiares e as especificações das famílias pluriafetivas.....	156
2.1 Considerações sobre os conceitos da família tradicional à moderna	156
2.2 Família pluriafetiva, limites e finalidades	158
3. Relações pluriafetivas – Efetivações x expectativa de direitos.....	161
3.1 Relações pluriafetivas	161

A PROTEÇÃO À FAMÍLIA NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

3.1.1	Poliandria.....	162
3.1.2	Poliamor	163
3.2	Inter-relações entre as famílias pluriafetivas e a proteção social.....	168
3.3	Reflexões: como conciliar a liberdade de escolha do modelo de família plural com um mínimo de segurança jurídica?	172
	Referências bibliográficas	174

A CONCESSÃO DE PRESTAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS NA GUARDA, ADOÇÃO E TUTELA - GREICY MANOELLI MOREIRA		183
	Introdução.....	183
1.	Prestações previdenciárias e qualidade de segurado e dependente	183
2.	Institutos da guarda, adoção e tutela	185
3.	A questão da guarda, adoção e tutela perante os benefícios e prestações previdenciárias.....	189
4.	Procedimentos administrativos do INSS em relação à concessão de prestações previdenciárias na guarda, adoção e tutela	194
4.1	Salário-maternidade x adoção	196
	Conclusão	197
	Referências bibliográficas	197

OS REFLEXOS DO DIREITO LABORAL COM O DIREITO PREVIDENCIÁRIO RELATIVOS À PROTEÇÃO À MULHER E À PARENTALIDADE - RENATO ANTONIO VILLA CUSTODIO E HENRIQUE LOURENÇO DE AQUINO		199
	Introdução.....	199
1.	O princípio da isonomia é absoluto?.....	201
2.	Discriminação contra a mulher	202
3.	Proteção ao trabalho da mulher	203
4.	A celeuma em torno do art. 384 da CLT.....	204
5.	Pontos de convergência entre o direito do trabalho e o direito previdenciário..	206
5.1	Proteção à maternidade	206
6.	Limbo jurídico previdenciário-trabalhista.....	209
6.1	Reforma Trabalhista e o novo limbo jurídico	211
	Conclusão	213
	Referências bibliográficas	213

OS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS E A PROTEÇÃO À FAMÍLIA – LÉLIA DE OLIVEIRA RIBEIRO GOMES NETA E RAÍSSA DE JESUS FERNANDES	215
Introdução.....	215
1. Assistência social.....	216
2. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)	219
2.1 Política nacional de assistência social de 2004	221
2.1 Lei nº 12.435, de 6-7-2011, e Lei nº 12.470, de 31-8-2011	222
3. Família à luz da assistência social.....	223
4. Os benefícios assistenciais, categorias, requisitos e aplicação	226
4.1 Benefício assistencial de prestação continuada	226
4.2 Amparo assistencial ao deficiente	227
4.3 Amparo assistencial do idoso.....	229
4.4 Os benefícios assistenciais eventuais.....	229
4.4.1 Lei nº 10.836/2004 – Programa Bolsa-Família	230
4.5 Exigência de miserabilidade e baixa renda	232
Considerações finais	233
Referências bibliográficas	235
AÇÃO REGRESSIVA PREVIDENCIÁRIA E A LEI MARIA DA PENHA – HELENICE OLIVEIRA DE MORAES	237
Introdução.....	237
1. O Direito Internacional dos direitos humanos e a proteção à mulher	238
2. A Constituição Federal como consagradora do princípio da igualdade e a proteção dos direitos fundamentais das mulheres.....	242
3. A Lei Maria da Penha – Os avanços na proteção da mulher em situação de violência.....	245
4. A ação regressiva previdenciária e a Lei Maria da Penha	249
Considerações finais	255
Referências bibliográficas	256
IMPACTOS DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA NO DIREITO DE FAMÍLIA – DENIS APARECIDO DOS SANTOS COLTRO	259
Considerações iniciais.....	259
1. Evolução histórica do conceito de família.....	259
2. A proteção previdenciária à família	262

A PROTEÇÃO À FAMÍLIA NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

3. A intersecção jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal na efetividade da proteção aos novos paradigmas de família	264
4. O Direito Previdenciário como método de padronizar os dependentes.....	267
5. Requisitos da pensão por morte: evolução dogma-legislativa	273
6. Teoria de alocação de recursos domésticos	278
8. A reforma da previdência social e os impactos na pensão por morte	280
Conclusão	282
Referências bibliográficas	282